



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 18ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada de forma híbrida, no Plenário da CMJP, aos 20 dias do mês de abril do ano de 2023.

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (AVANTE)

Primeiro-Secretário

Vereador Marcílio Pedro Siqueira Ferreira – Marcílio do HBE (PATRIOTA)

Lista de vereadores presentes em plenário

Vereador Carlos Henrique da Costa Santos – Carlão Pelo Bem (PATRIOTA)
Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho (PV)
Vereador Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho (CIDADANIA)
Vereador José Freire da Costa – Zezinho Botafogo (PSB)
Vereador Antônio Luiz de Lima Filho – Toinho Pé de Aço (PMB)
Vereador Bruno Farias de Paiva (CIDADANIA)
Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes (PP)
Vereador Emmanuel Bezerra dos Santos (PV)
Vereador Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto (PV)
Vereador Gabriel Carvalho Câmara – Professor Gabriel (AVANTE)
Vereador José Luiz Pereira Gonçalves – Bispo José Luiz (REPUBLICANOS)
Vereador Junio Leandro Azevedo de Macedo – Junio Leandro Agente de Saúde (PDT)
Vereador Luís Flávio Medeiros Paiva – Dr. Luís Flávio (PSDB)
Vereador Marcos Alexandre de Oliveira Lima Sobreira – Coronel Sobreira (MDB)
Vereador Marcos Bandeira Pequeno (PMB)
Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)
Vereador Marmuthe de Souza Cavalcanti (REPUBLICANOS)
Vereador Paulo Tarcísio Pessoa Jardim (PATRIOTA)
Vereador Ronivon Ramalho Diniz – Mangueira (PP)
Vereador Ives Rocha Leitão – Mikika Leitão (MDB)

Lista de vereadores presentes de forma virtual

Vereador Damásio Franca Segundo Neto (PP)
Vereador Thiago Nóbrega de Lucena (PRTB)
Vereador Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato (AVANTE)

Ausentes com justificativa:

Vereador Durval Ferreira da Silva Filho (PL)
Vereador Carlos Gustavo Gomes de Oliveira – Guga (PROS)



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ABERTURA

Às 09h46, o Sr. Presidente disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária e convido o vereador Odon Bezerra para ler o texto bíblico”.

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Presidente colocou em votação a ata da 17ª Sessão Ordinária, solicitada a dispensa de sua leitura, tendo em vista estar disponível no SAPL. Havendo consenso do Plenário, a ata foi considerada lida e aprovada. Em seguida, o Sr. Primeiro-Secretário procedeu à leitura dos documentos do expediente em mesa*.

Memorando S/Nº/2023 – Autoria: GVCG

Assunto: Justifica ausência do vereador Guga nesta sessão.

Ofício nº 023/2023 – Autoria: GVDF

Assunto: Justifica ausência do vereador Durval Ferreira nesta sessão.

1.1 Discussão e votação de requerimentos, ofícios e indicações ()**

Aprovados os requerimentos, os ofícios e as indicações que constam na pauta do Setor do Expediente (SAPL). Excepcionalmente aprovado o REQ - Luto nacional, pesar, ou calamidade pública nº 20/2023, de autoria do vereador Mangueira, que trata de voto de pesar pelo falecimento da professora Eli Correia Santos. Conforme artigo 89, § 2º do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos, ofícios e indicações dos vereadores ausentes na sessão.

1.1.1 Discussão das indicações em destaque:

Não houve.

1.1.2 Discussão dos requerimentos em destaque:

Não houve.

1.2 Comentários

O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Sr. Presidente, primeiro, queria saudar todos que estão acompanhando a sessão pela TV Câmara, pelo YouTube. Andando pela cidade de João Pessoa, eu trago duas observações e queria que as palavras não ficassem soltas ao ar porque, às vezes, o vereador vem aqui, como eu vim há mais ou menos 30 dias, fiz uma denúncia aqui e nenhuma providência foi tomada. Eu queria até que a produção pudesse colocar a foto da Rua Paulo Roberto de Souza Acioly, é



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

uma rua que fica no Bessa, ali na Praça do Caju, e nessa área de preservação ambiental está sendo jogado entulho de obras, até uma retroescavadeira foi lá, afastou um pouco os entulhos, mas como vocês podem ver os entulhos continuam na Rua Paulo Roberto de Souza Acioly, no Bessa. Então, essa Rua Paulo Roberto de Souza Acioly tem alguns terrenos que estão murados, alguns até de ocupações, e essa área de preservação está sendo constantemente atingida por entulhos, por lixo, e aqueles moradores ali daquela região estão a reclamar e eu queria que a Semam pudesse olhar essa rua com muito carinho. Vou passar essas fotos para o secretário Welison, para que a Semam possa fazer uma diligência lá e constatar *in loco* essa questão. A outra, é essa foto que é diretamente da Praça da Paz, isso aí não é água de chuva não, viu, Coronel? Não é água de chuva, isso aí é um esgoto que está estourado ali na Praça da Paz, uma praça que tem uma movimentação grande, ela fica localizada no Bairro dos Bancários e o esgoto está aí saindo na rua, uma rua movimentada, aquela rua dos Bancários, e eu, nesse momento, peço à Sedurb, à Emlur, à Seinfra, acredito que é até a Seinfra que pode ver essa história, ou até mesmo a Cagepa, que possa ver esse vazamento de esgoto, que está uma fedentina, os comerciantes ali estão reclamando demais e o Bairro dos Bancários, a Praça da Paz, que é uma praça muito visitada pela população, está aí com esse problema”.

O Sr. vereador Marcílio do HBE disse: “Voltando hoje aqui para agradecer primeiro a proteção divina e depois falar sobre o dia de ontem, um dia superespecial, onde nós pudemos reconhecer todo o trabalho do padre Nilson com referência à Missa da Luz, uma missa que recebe vários turistas, sempre nas quintas-feiras à noite, recebe vários turistas, várias pessoas de fé, tem vários milagres, até mesmo existe testemunho de pessoas de fora, e ontem nós tivemos a felicidade de ser reconhecida essa Missa da Luz como patrimônio imaterial e cultural da cidade de João Pessoa. Acredito que possa cada vez mais entrar no calendário de rotas turísticas da nossa cidade, até porque, como já falei, recebe muitos visitantes, muitos devotos, muitas pessoas de fé, que possam, cada vez mais, aquela instituição, aquela missa, como bem disse o padre Nilson ontem, aquele momento de luz, em que ele vê a presença viva de um Deus vivo naquele momento das velas, naquele momento de luz. Portanto, deixo aqui a nossa alegria, nossa satisfação do prefeito ontem ter sancionado e ter consagrado esse reconhecimento. É um trabalho magnífico que o padre Nilson faz. Portanto, deixo aqui o nosso agradecimento e dizer que estamos sempre à disposição para os programas que você desejar, padre Nilson. Bom dia e obrigado”.

A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “A casa caiu. Ontem, no Congresso Nacional, foi mostrado vídeos onde o diretor do GSI, que é do Exército, recebeu solenemente, tranquilamente, até água foi dado para os manifestantes, que tiveram o privilégio de entrar no Palácio do Governo sem quebraadeira. Mas lá dentro a missão era outra, era de quebrar depois que entrassem. E nós vimos vídeos, vereadores, que fez com que desse, eu acho, uma dor de barriga no ministro do GSI e ele desistisse de ir para a oitava onde tinha sido convidado para ser escutado pelos deputados. Eu acho, senhores vereadores, que nós, como Câmara Municipal, eu, que já respondi à Polícia Federal por esse inquérito em que fui colocada, naquela suspeita de que no dia 8 eu teria incitado a violência, o quebra-quebra, aqueles ataques à democracia brasileira. Eu fiquei muito perplexa. E ontem, infelizmente, o presidente do Senado da República, o senador não abriu a sessão para não ter que instalar a CPI do dia 8 de janeiro, ou a CPI dos atos antidemocráticos. E aí, a gente viu naqueles vídeos que foram mostrados pela CNN, e aí, vão dizer que é *fake news*? Nos vídeos que foram mostrados pela CNN, nós vimos a participação do governo, até água dando para manifestante. O que é que é isso? E aí, a gente percebe o motivo pelo qual o presidente Lula, nosso querido presidente, que já foi ex-detento, nós vimos realmente o motivo pelo qual ele colocou sigilo nas câmeras do Palácio. É desespero, Marcos Henriques? Eu acho que V. Ex.^a está um pouco envergonhado sem ter nem o que dizer. Como é que o



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

GSI foi, praticamente... nas imagens a gente vê, será que é convivência? Por que é que aquelas imagens estavam sob sigilo? Descortinou, não tem mais o que dizer. Senhores, e agora?”.

O Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “Eu queria já pedir à Técnica para ir colocando as fotos. O tema que eu quero trazer hoje é sobre esse calçadão do Bessa. Isso é uma coisa de 2012, que há uma associação que luta por esse calçadão. Porque o problema que nós tínhamos antes ali era terrenos, casas que haviam invadido a praia ou a orla, ou algo mais próximo do mar, irregularmente. Só que a justiça regularizou isso – eles recuaram e a área agora está livre para esse calçadão. Aí já é a Argemiro Figueiredo, depois é a praia, depois já são as casas que ficam de frente à praia. Então todos os dias pela manhã, a Semob coloca esses cones na Argemiro Figueiredo para interditar uma faixa para as pessoas caminharem, se exercitarem. Mais ou menos uns 3 quilômetros, todos os dias, às 5 horas da manhã. E, inclusive, isso traz problemas para o trânsito, traz congestionamento naquela área da Argemiro Figueiredo, e a gente vê isso como algo desnecessário. É trazer transtornos aos moradores. O calçadão termina aí depois do Mag, mais ou menos uns 500 metros, termina o calçadão, e a ideia é que esse calçadão continue. Então aí era continuação desse calçadão, não para veículos, apenas para pedestres, e a ideia inicial é que se faça uma trilha. A trilha já existe, na verdade. Era apenas ir regularizando essa trilha. É organizar isso para que o calçadão possa ir até o Iate Clube, porque daria continuidade. No Iate Clube não dá para continuar por conta que o mar avançou. E o nosso pleito é esse. Há uma associação no bairro que pede para que isso aconteça. Não vai trazer nenhum prejuízo às tartarugas”.

O Sr. vereador Zezinho Botafogo disse: “Presidente Carlão, demais colegas vereadores, cumprimentar todos mais uma vez, vereadora Eliza. Nós estamos ocupando esses três minutos, hoje, do pequeno expediente para fazer um relato, vereador Mangueira, todos sabem da nossa missão, enquanto representante do povo, enquanto vereador, e a Prefeitura Municipal de João Pessoa está fazendo uma intervenção bacana, vereador Marcílio, em todos os bairros da cidade de João Pessoa, que é o recapeamento asfáltico, sem falar aqui na quantidade de ruas que estão sendo pavimentadas por toda João Pessoa, num momento jamais visto, na cidade de João Pessoa, tantas obras, tantas ordens de serviço. Todos os dias, praticamente, a Prefeitura assina ordem de serviço em benefícios da população de João Pessoa, e na nossa comunicação, especialmente nas emissoras de rádio, nós tivemos muita reclamação em relação ao recapeamento asfáltico da Avenida Cruz das Armas, que há muito tempo, todo mundo sabe que todos os vereadores aqui fazem inúmeros pedidos de diversas ruas tanto de pavimentação como de recapeamento asfáltico, isso tem sido uma constante aqui. Nós, como moradores do bairro, também já tínhamos feito isso, anteriormente, e o prefeito, graças a Deus, está asfaltando toda a Avenida Cruz das Armas, a empresa está lá ainda fazendo isso. E foi o grande questionamento, vereador Mangueira, todos nós sabemos que essas empresas passam por um processo de licitação e a empresa que apresenta o melhor preço, o menor preço é ganhadora, não é uma empresa exclusivamente contratada pelo Prefeito, é o que dá a entender nos programas de rádio, é de que a Prefeitura tem uma empresa que faz. Não é assim, o processo não é dessa forma, é feita por uma licitação e essa empresa ganhadora, muitas, inclusive, às vezes, nem condições de executar as obras têm, tem acontecido, eu estava respondendo por uma secretaria do estado e vi isso em equipamentos da secretaria, como, por exemplo, Amigão, Almeidão, e outros locais, que a empresa não tem capacidade, Perpetão, em Cajazeiras, que também aconteceu, o contrato é desfeito, novo processo de licitação. E para voltar para a Avenida Cruz das Armas, para o asfaltamento de lá, que foi dito várias vezes, inclusive algumas pessoas da população que ficam insistindo em dizer que estão fazendo um serviço de péssima qualidade, dizendo que a empresa não entregou essa obra ainda, está em execução, tem os fiscais, vereador Marcos, que conhece tão bem isso, tem os fiscais que estão justamente para ver, e, ao



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

término da obra, ainda tem uma garantia, tem um prazo de garantia. Eu me lembro muito bem da perimetral, lá quando foi feita, e vários setores apresentaram problema, mas está lá, foi resolvido. Então, como a população cobra, e muitas vezes cobra até sem conhecimento, acham até que é o vereador que executa, vereador não faz nada, faz sim, vereador faz exatamente esse papel. Por isso que nós estamos aqui hoje para dizer à população que nós estivemos lá ontem conversando com o pessoal e fazemos esse esclarecimento. Agradecer ao vereador Carlão, agradecer a todos e todas e desejar que todos tenham um bom dia”.

O Sr. vereador Mangueira disse: “Pegar o gancho aqui e continuar com a fala do vereador Zezinho do Botafogo sobre os recapeamentos asfálticos que estão acontecendo na cidade de João Pessoa. A gente tem uma rua lá no Cristo, rua José Francisco da Silva, depois da esquina do Rubação, que na gestão passada fizeram a metade da rua, o recapeamento asfáltico, e até hoje não completaram esse asfalto, não sei por quê. Eu faço um apelo aqui à Seinfra para prestar atenção nestas coisas, pequenos detalhes que deixam uma rua horrível, está com a metade, desde a gestão do antigo prefeito, com a metade da rua do recapeamento asfáltico feito, e a outra metade sem ter sido concluída. Espero que a Seinfra preste atenção para a gente terminar, depois da esquina do Rubação até o conjunto do Inocoop. Da mesma forma, também falar sobre o recapeamento asfáltico da rua Bom Jesus. Já falei aqui várias vezes, a rua que liga o Rio Jaguaribe até as margens da BR-230, portanto, que vai conseguir desafogar o trânsito, e eu não sei por que a Seinfra ainda não fez o recapeamento asfáltico daquela rua. Em áreas de extensão, a maior rua do Cristo e Rangel, e repito, é uma área que vai conseguir desafogar o trânsito na área do Rangel e Cristo. Mas, na manhã de hoje, eu também quero fazer outra cobrança à Prefeitura Municipal de João Pessoa. Sempre que eu venho à tribuna eu falo sobre uma cozinha comunitária lá no bairro do Rangel. É uma população pobre, carente, as pessoas estão passando fome de verdade e eu tenho sido procurado várias vezes porque tem cozinha comunitária em todo canto, como em Mangabeira, mas a gente sabe que o poder aquisitivo lá é mais alto, no centro da cidade, em Jaguaribe, e eu espero que o prefeito de João Pessoa, nosso prefeito Cícero Lucena, que tem trabalhado tanto para João Pessoa, que realmente dê esse prazer à população do Rangel, uma cozinha comunitária para contemplar as pessoas que estão passando fome. Faço mais um pedido aqui ao meu prefeito, através da Câmara Municipal, através dos 27 vereadores, para que a gente possa lutar por essa cozinha comunitária lá no bairro do Rangel, que a população lá está passando fome de verdade. Era só isso que eu queria falar nessa manhã e agradecer a todos, e espero que o nosso prefeito venha com a mais breve urgência implantar essa cozinha comunitária no bairro do Rangel. Muito obrigado”.

O Sr. vereador Emano Santos disse: “Venho aqui neste momento, Presidente, registrar, há um requerimento em projeto de indicação que apresentamos aqui nesta Casa solicitando ao prefeito da cidade de João Pessoa, Cícero Lucena, uma unidade de saúde familiar no Alto do Céu. Sabemos que a cidade de João Pessoa vem em um desenvolvimento enorme, crescendo cada vez mais nas periferias, nos principais bairros e regiões, como ali na região sul, que tem Paratibe, Colinas do Sul, Monsenhor Magno, como também na região norte, que tem ali o Alto do Céu, Jardim Mangueira, Jardim Ester, Vem Vem. Então, as comunidades crescendo e existindo áreas descobertas na área da saúde, e por isso tive uma reunião, junto ao prefeito Cícero Lucena, ao secretário Dr. Luiz, à secretária executiva de Saúde Janine Lucena, discutimos e dialogamos com os moradores dessas regiões, principalmente ali no Alto do Céu, e venho aqui dizer que de prontidão o prefeito junto ao secretário de Saúde e à secretária executiva estão fazendo um levantamento por essas áreas descobertas e o número de agentes de saúde, que não dá para sobrecarregar esses profissionais em determinadas áreas que vêm crescendo cada vez mais, em poder implantar essas unidades de saúde. Portanto, eu venho agradecer pelo



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

compromisso que tem o gestor Cícero Lucena e o secretário da Saúde de realmente fazer funcionar isso. E aqui eu venho acompanhando porque há demanda e solicitação desse povo. Também passar para justamente falar em relação à estrutura. Ouvimos aqui os nobres colegas Zezinho do Botafogo e o vereador Mangueira falando sobre os recapeamentos da cidade de João Pessoa, e vimos que a cidade vem passando pelo recapeamento de suas principais vias. Lá no Alto do Céu foi implantado na João de Brito Lima Moura com a Afonso Viana, e ali nós visitamos, junto com o superintendente da Semob, Expedito Leite, solicitando as lombadas físicas para serem instaladas. Sabemos que devemos fazer esse projeto a longo prazo para fazer com que, no futuro, não venha a prejudicar o trânsito da cidade de João Pessoa. Então, venho registrar aqui tanto a ação de infraestrutura como a ação da Semob de poder chegar nesses principais bairros de João Pessoa. Como também tem o recapeamento do Bairro dos Estados, vereador Marcílio, ali da Avenida Minas Gerais, que está sendo feito, sabemos que esse é um compromisso do prefeito com a cidade João Pessoa. Eu estou acompanhando passo a passo para que as coisas possam acontecer nos principais bairros de João Pessoa. Muito obrigado, Sr. Presidente”.

O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “A minha fala foi em razão de ontem ter feito a visita no bairro do Valentina, especificamente na Rua Venâncio Ferreira Ramalho, uma rua onde a metade dela está calçada, mas falta ainda o restante do calçamento. E o pior: lá tem vários cadeirantes. Só que eu visitei, foram dois. Tem uma senhora acamada. E a água, de fato, invade as casas, acaba os seus móveis, utensílios daqueles moradores, eletrodomésticos... o prejuízo é imenso. Então a gente está vendo uma ação da prefeitura em calçar algumas ruas. A gente não pode deixar de dar urgência e emergência nessa rua, especificamente. Existem cadeirantes, pessoas acamadas. A água chega na beira da porta. A gente precisa desse momento que a Prefeitura, ao fazer o seu organograma de calçamento, veja especificamente as ruas que existem mais pessoas com dificuldade de mobilidade urbana. Humana, principalmente. Porque a mobilidade urbana entra dentro dessa mobilidade humana, e a gente está deixando com que essas pessoas continuem sofrendo. É importante que a Prefeitura dê a oportunidade, em primeiro lugar, que atinja primeiro essas pessoas cadeirantes. Então o meu apelo agora à Prefeitura, que vem calçando algumas ruas da cidade: vamos priorizar as ruas em que existem pessoas com dificuldade de locomoção. Mas não tem como eu deixar de assumir hoje uma fala importante, a um critério de justiça que aconteceu no nosso Brasil. O dia 8 de janeiro foi impactado por uma violência dentro do Planalto, onde houve depredações e quebra, destruição do patrimônio público. E essas pessoas que depredaram, devem sim responder sobre seus crimes. Como as pessoas também que foram até a frente do Planalto e não entraram: elas têm uma responsabilidade. As pessoas que entraram e quebraram tudo: é outra responsabilidade. Como aquele general que estava dentro do Planalto, dentro de uma Casa Legislativa abrindo a porta, permitindo que depredadores invadissem e quebrasse tudo. E de quem era esse general? O general de Lula. O general do GSI que foi, justamente, colocado por Lula lá, para facilitar a entrada de depredadores do patrimônio público – assim como fazem com os bens privados, assim como fazem nas fazendas. Assim como fazem o MST, em propriedades privadas: esses facilitaram a entrada de destruidores e depredadores, para que o patrimônio da nossa nação fosse destruído. A quem interessava não abrir uma CPI, para apurar esses criminosos? A quem interessava barrar o avanço de uma CPI? Porque é que essas imagens só foram veiculadas ontem? A quem interessa a facilitação do crime? Da depredação? A quem interessa? Está preso um ministro do presidente Bolsonaro que nem aqui estava. Está preso há três meses, sem responder o devido processo legal. E aquele general que abriu as portas e facilitou o crime está solto. Precisamos de Justiça”.

O Sr. vereador Bosquinho disse: “Senhor Presidente, senhores vereadores, população que nos acompanha, fazer aqui o registro, agradecimento por parte da Semob de algumas iniciativas que nós



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

estamos observando, tanto no bairro de Manaíra como no bairro do Cabo Branco e algumas intervenções para que avenidas importantes, de fluidez do nosso trânsito na cidade possam ter um melhor aproveitamento. Nós observamos várias ruas que fazem com que o pessoense tenha uma confusão ao entrar nessas avenidas, avenidas que 50% dessa avenida tem um sentido praia-bairro e, na metade da rua, a rua passa a ter o sentido duplo. Então, foi resolvido esse problema no bairro de Manaíra e também no bairro do Cabo Branco. Observava com bons olhos essas iniciativas por parte da Semob, é uma luta diária, como também aqui já fizemos várias solicitações para que a Semob fizesse intervenções, com os agentes de trânsito, em horário de pico, na avenida Beira Rio, no final da avenida Beira Rio, em frente à granja do governador do estado, e eles estão colocando, às 5 da tarde, às 8 horas, agentes lá para fazer justamente essas intervenções. É importante porque é justamente um horário de maior fluxo, como também já pedi para ser feita avaliação no sentido de desativar aquele acesso à Rua do Capim e deixar o sinal, no sentido praia-centro, liberado nos horários de pico da manhã, no início de manhã, que é justamente o maior fluxo e que existe uma reclamação permanente por parte da população. E nós estamos também vendo com bons olhos a abertura de novas vias interligando o bairro do Altiplano ao Hospital HU, justamente no bairro do Castelo Branco, também como interligação das Três Ruas ao mesmo local. Então, é importante que a gente possa ter esse trânsito pensado e que essas pequenas intervenções possam ser o cotidiano dessa Superintendência de Mobilidade Urbana porque vai facilitar o dia a dia do pessoense. Então, eram essas as nossas palavras no dia de hoje, agradecendo também e dizendo da felicidade de ontem ter participado, no bairro do Cristo Redentor, da iniciativa por parte do Executivo de mais uma autorização para a reforma e construção de uma quadra poliesportiva no bairro do Cristo Redentor, que vai ajudar bastante a população carente naquela localidade e que precisa fazer a utilização daquele espaço público. Muito obrigado”.

1.3 Demais Matérias Legislativas Encaminhadas ()**

Em pauta do SAPL.

1.4 Demais comunicações

Não houve.

2 ORDEM DO DIA (*)**

ITEM 01: VETO PARCIAL 143/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI 1040/2022, DE AUTORIA DA VEREADORA FABÍOLA REZENDE, QUE “INSTITUI A POLÍTICA DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO DAS DOENÇAS VASCULARES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA”.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela REJEIÇÃO do veto.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 15; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 11.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Odon Bezerra declarou mantido o veto.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ITEM 02: VETO TOTAL 150/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI 1230/2022, DE AUTORIA DO VEREADOR EMANO SANTOS, QUE “DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INFORMAÇÃO SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA CONSUMIDA PELA POPULAÇÃO DE JOÃO PESSOA”.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (*):** favoráveis: 15; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 11.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Odon Bezerra declarou mantido o veto.

Em questão de ordem, a Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Senhor Presidente, na última quinta-feira, nós colocamos um requerimento para que fosse aprovado, em regime de urgência, o Projeto de Lei Ordinária nº 1125/2019, que fala sobre as Dez Medidas de Segurança nas Escolas. Então, já decorreu o prazo regimental, porque está em regime de urgência, não foi possível colocar na Comissão de Constituição e Justiça, na segunda-feira, quando teve a reunião. Mas, na terça-feira, iríamos colocar mesmo assim em plenário, só que fizemos um acordo, eu e o presidente Dinho, vereador Bruno, que está com a relatoria, e o presidente da CCJ, Thiago Lucena, fizemos um acordo para que fosse colocado hoje. Então, eu solicito que seja enviado para o plenário para ser colocado como extrapauta”.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Thiago Lucena pediu a palavra e disse: “Obrigado, Presidente, na verdade, eu não tenho nenhum problema de votar desde que o presidente da sessão permita isso. Só queria fazer uma retificação sobre o prazo do processo. O prazo não está estourado. Ele foi desarquivado na semana passada, acredito que no dia 11, se eu não me engano, e ele não está com o prazo estourado. Mas, caso o Presidente permita entrar na pauta, a CCJ, da minha parte, não tem problema algum, porque ele já tem, no SAPL, o parecer do relator, que é o vereador Bruno Farias. Então, só fazer essa retificação de que não há prazo estourado”.

Na presidência, o Sr. vereador Odon Bezerra disse: Vereadora, esse seu projeto se conflita com o do vereador Tarcísio Jardim. Eu sei que o seu estava arquivado e o vereador Tarcísio Jardim maneja um outro projeto que tem conflito. Então, ao relator, ele vai caber também analisar essa questão do vereador Tarcísio Jardim. Outro aspecto, o projeto tem que tramitar em outras comissões. E essa outra comissão ainda não se manifestou, deveria dar-se prazo para essa comissão também analisar. Então, de modo que ele não vai entrar em pauta no dia de hoje”.

A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia respondeu: “Presidente, foi aprovado um regime de urgência nesta Casa. Então, a partir do momento que, do mesmo jeito que lá no Congresso Nacional eu já participei de aprovações de regime de urgência, quando é aprovado em regime de urgência, o projeto obrigatoriamente vem para plenário e ele tem prazos determinados para ser, que, inclusive, os prazos, eu não falei da questão do prazo na CCJ, eu falei do prazo do regime de urgência. Esses prazos estão exauridos já. Hoje é dia 20. Estava sendo emblemático porque teve uma série de ameaças para que hoje acontecesse uma grande chacina nas escolas de João Pessoa. Eu acho que essa Casa daria uma grande resposta para esses delinquentes que estão fazendo isso. Pais mandaram seus filhos com armas brancas nas bolsas para se defenderem, no dia de ontem, já. Então, essa Casa tem que dar respostas. Também solicitei uma data, vou marcar a data para fazer uma audiência pública sobre essas questões de segurança pública”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Na presidência, o Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Vereadora, eu compreendo a preocupação de Vossa Excelência. Nós não estamos aqui atropelando, de forma nenhuma, o Regimento. Agora, se tem 72 horas para a Comissão de Justiça, para as outras comissões também 72 horas. E outra, há um conflito, há um conflito do seu projeto com o projeto do vereador Tarcísio, que tem que ser dirimido na Comissão. Qual o projeto que vai tramitar? Então, essa é a grande questão. Eu compreendo, a matéria é relevante, mas tem o do vereador Tarcísio, que também está pedindo uma questão de ordem”.

Em questão de ordem o Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “O meu projeto foi protocolado no dia 10 ou dia 12, as matérias são praticamente iguais e o meu requerimento também tem caráter de urgência, então ambos os projetos estão com requerimentos aprovados. O da vereadora Eliza é de 2019, inclusive com parecer contrário, e por isso foi arquivado. O meu está em plena tramitação, apenas que a gente faça o trâmite correto”.

Em questão de ordem a Sr. vereadora Eliza Virgínia disse: “Artigo 63 do Regimento Interno, quando se trata do caráter de urgência, é totalmente diferente, 24 horas para o presidente remeter à comissão, 48 horas para o presidente da comissão designar relator, 72 horas para o relator apresentar parecer. Artigo 63, findo o prazo previsto no paragrafo anterior, a matéria será incluída na ordem do dia para deliberação, com ou sem parecer. A gente poderia contar os prazos para ver se esse prazo não já decorreu. O requerimento foi aprovado na quinta-feira passada, faz 8 dias”.

Na presidência, o Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Se tem 72 horas para a comissão de Justiça e o projeto tramita em uma outra comissão, ela também tem que analisar nas 72 horas, então a gente está atropelando o prazo da outra comissão. Eu entendo dessa forma e respeito o Plenário. Então, vereadora, lamentavelmente fica para a próxima sessão”.

Em questão de ordem o Sr. vereador Bruno Farias disse: “Estava acompanhando atentamente os debates acerca dessas duas iniciativas legislativas que eu julgo de extrema importância, afinal de contas, têm o objetivo de zelar pelas nossas crianças, enfim, de toda a comunidade escolar. Eu fui o relator das duas matérias, tanto da iniciativa legislativa do vereador Tarcísio quanto da iniciativa legislativa da vereadora Eliza Virgínia. Esse projeto da vereadora Eliza foi apresentado em 2019 e naquela época eu também fui o relator, exarei o parecer pela aprovação da matéria com duas emendas modificativas. Por alguma razão, embora o parecer já estivesse pronto, talvez porque tenha sido no final do ano, a comissão não apreciou o parecer que nós exaramos e, naquele tempo, quando um projeto não era concluído durante aquele ano legislativo, ele era automaticamente arquivado, necessitando de um pedido de desarquivamento por parte do autor da propositura. A vereadora Eliza fez o pedido de desarquivamento nos últimos dias e, como eu já tinha o parecer feito desde 2019, imediatamente nós renovamos o parecer e encaminhamos para o SAPL. Já o projeto do vereador Tarcísio chegou às nossas mãos no dia 12 de abril, e no dia 18, apenas 6 dias depois, nós também exaramos o parecer e imediatamente encaminhamos para o SAPL. Portanto, os dois projetos já têm parecer prontos, faltando ser analisado pela Comissão de Justiça. O projeto da vereadora Eliza tem um parecer favorável à sua aprovação e o projeto do vereador Tarcísio tem o parecer desfavorável à aprovação em razão de ilegalidades e inconstitucionalidades que nós observamos”.

O Sr. vereador Thiago Lucena disse: “Eu concordo com a importância do projeto, não tenho nada contra votar em plenário, mas quem deve proceder é sobretudo o presidente da sessão. No que tange ao



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

prazo, não há prazo estourado, nem no projeto do vereador Tarcísio, nem da vereadora Eliza. Caso o projeto esteja há mais de 30 dias, aí sim, o autor do projeto pode pedir regime de urgência. Mas quanto à CCJ não há problema”.

O Sr. vereador Milanez Neto solicitou que fosse finalizada a pauta da Ordem do Dia, para depois ser resolvida a questão das matérias extrapauta.

ITEM 03: MP 33/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: CRIA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, COMPOSTO POR ESCOLAS MUNICIPAIS ATIVAS INTEGRAIS (EMAIs) E INSTITUI O REGIME DE DEDICAÇÃO INTEGRAL – RDI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 09.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem declarou aprovada a medida em discussão e votação única.

ITEM 04: MP 34/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: REGULAMENTA O § 3º DO ART. 8º DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DISPÕE SOBRE AS REGRAS PARA A ATUAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DA EQUIPE DE APOIO, O FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E A ATUAÇÃO DOS GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 09.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem declarou aprovada a medida em discussão e votação única.

ITEM 05: PLO 1380/2023

Autoria: Vereador Durval Ferreira

Assunto: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O GRUPO ESCOTEIRO DO AR UBUNTU.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 09.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem ressaltou a importância dos escoteiros e do escoteirismo na cidade de João Pessoa e parabenizou o vereador Durval Ferreira pelo projeto.

ITEM 06: PLO 1390/2023

Autoria: Vereador João Bosco – Bosquinho



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Assunto: INCLUI NO ANEXO I DA LEI Nº. 13.679/2018, QUE CONSOLIDA AS LEIS MUNICIPAIS QUE DÃO NOMES ÀS ARTÉRIAS PÚBLICAS, A RUA CARLOTO FERNANDES BARBOSA, UMA ARTÉRIA AINDA SEM DENOMINAÇÃO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA – PB, E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (*):** favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Junio Leandro disse: “Sr. Presidente, fazendo uso do Regimento, eu queria ver a possibilidade da inclusão na pauta de hoje de um projeto de nossa autoria que foi protocolado em março de 2021 e até hoje não chegou no plenário, não tem parecer, não tem votação das comissões. Esse projeto fala sobre a obrigatoriedade de prestação de socorro a animais que são atropelados. Na tramitação, esse projeto consta que foi dado entrada nessa Casa no início de 2021, teve o parecer da CCJ, mas não a votação da CCJ, tentei trazer para o plenário, em 2022, alegando Regimento. Na época, houve uma discussão e foi retirado de pauta, e até hoje esse projeto não entrou na Ordem do Dia, fazendo exatamente, no dia 15, 3 anos que esse projeto está tramitando na Casa sem parecer em comissão e sem vir para o plenário. Eu acho que já extrapolou o prazo, queria falar com a Técnica, trata-se do projeto de número 185 de 2021, a Técnica Legislativa, inclusive, no último trâmite dele demorou um ano para tramitar, de 21/03/2022 até 15/03/2023. Então queria incluir na pauta de hoje, que a Técnica procurasse, é o projeto de nº 185 de 2021, de nossa autoria, obrigado”.

Na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Vereador Junio Leandro, Vossa Excelência pediu por meio de requerimento de urgência, nessa votação, não? Vossa Excelência não pediu requerimento de urgência, mas invoca o requerimento. Eu vou consultar a secretaria técnica, vereador Junio Leandro, a gente vai dando andamento, mas vou colocar o pedido de Vossa Excelência em questão.

ITEM 07: PDL 96/2022

Autoria: Vereador Bruno Farias

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO ESCULTOR JURANDIR DE OLIVEIRA MACIEL.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (*):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem declarou aprovado o projeto em discussão e votação única.

ITEM 08: RECURSO 3/2022

Autoria: Vereador Marcos Henriques

Assunto: RECURSO CONTRA PARECER CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 961/2022. DISPÕE SOBRE A RETIRADA DA SEGUNDA CATRACA EXISTENTE NO INTERIOR DOS ÔNIBUS COLETIVOS DE PASSAGEIROS DE JOÃO PESSOA, COMO A FINALIDADE DE MELHORAR A ACESSIBILIDADE E CONFORTO DOS PASSAGEIROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Parecer: desfavorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu queria apenas que, uma vez que ele é constitucional, que a gente possa oferecer aos passageiros de transporte coletivo uma melhor comodidade com a retirada da segunda catraca, que só faz atrapalhar, todo mundo sabe que a cobrança é feita na entrada e eu queria, neste momento, pedir aos companheiros que possam aceitar esse nosso recurso para que a gente possa discutir o mérito”. Na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem solicitou ao setor técnico da Casa que fosse exibido o parecer da CCJ em tela. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “A inconstitucionalidade foi baseada em quê? Foi inconstitucional por quê? O projeto é com intuito de tirar a segunda catraca, deixar só a da frente do ônibus e não deixar mais a de trás, e disseram que isso seria inconstitucional, é isso?”. Na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem reiterou o pedido para que o parecer da CCJ fosse colocado em tela, depois disse: “A gente entende, pelo parecer do vereador Thiago Lucena, que a competência é exclusiva da Semob, daí os vereadores não podem entrar nessa discussão. Eu entendo, por sua vez, que passa a ser uma questão de direito da própria iniciativa privada, é um entendimento que eu tenho, você solicitou o parecer da CCJ e vamos colocar em votação o recurso do vereador Marcos Henriques”. O Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “Só para entender mais, vereador Marcos Henriques. Você sugere que seja retirada a segunda. Eu tenho uma preocupação nesse sentido. Quando a gente tira a segunda, a primeira já existe ali com o motorista, que ele cobra, o próprio motorista que está cobrando. Aquela atrás, assim, é como se a gente tivesse dizendo o seguinte: a cobrança é feita pelo motorista mesmo, não precisa a presença do cobrador, seria isso?”. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse que essa discussão é de mérito e que o projeto era nitidamente constitucional. Na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Bem, apreciada a constitucionalidade, feitos os esclarecimentos, vamos colocar em votação o recurso do vereador Marcos Henriques e a partir daí a gente pode discutir o mérito do projeto caso o recurso avance”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem declarou acatado o recurso, rejeitado o parecer da CCJRLP e projeto encaminhado à comissão competente.

ITEM 09: RECURSO 1/2023

Autoria: Vereador Carlão Pelo Bem

Assunto: Recurso ao parecer contrário da Comissão De Constituição, Justiça, Redação e Legislação que optou pelo arquivamento do PROJETO DE LEI Nº 1307/2023.

Parecer: desfavorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O autor, Sr. vereador Carlão, disse: “Esse projeto de lei foi um projeto que foi julgado pela CCJ e o meu pedido, dentro do projeto, não é que a Prefeitura seja obrigada a fazer mamografias, até porque a Prefeitura já faz isso. Se faz a contento ou não, isso é uma outra discussão, mas a Prefeitura já apresenta exame de mamografia, inclusive com meses e colocando à disposição esses exames. O meu pedido foi a celeridade na entrega desses exames de mamografia. E aí eu entendo a constitucionalidade por isso, vereador Mangueira. E eu quero só fazer a leitura da ementa, a pedido do vereador Mangueira: ‘*Institui a obrigatoriedade da realização do exame de mamografia no prazo máximo de 30 dias*’. Eu queria que V. Ex.^{as} me dessem a oportunidade de esse projeto poder tramitar aqui, passando pelas comissões e, após passar pelas comissões, o crivo dos vereadores, se existe constitucionalidade. Então, eu queria só que, assim como aconteceu com o vereador Marcos Henriques, V. Ex.^a pudesse permitir o pedido do meu recurso. O vereador Mangueira traz aqui já uma sugestão de emenda ao projeto, tirando o termo ‘obrigatoriedade’, colocando aí o termo ‘necessidade’, e já acato isso de pronto, V. Ex.^a tem abertura para fazer a emenda, se possível, e agradeço”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 7.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Zezinho Botafogo declarou acatado o recurso, rejeitado o parecer da CCJRLP e projeto encaminhado à comissão competente.

ITEM 10: RECURSO 2/2023

Autoria: Vereador Junio Leandro

Assunto: RECURSO AO PLENÁRIO DESTA CASA LEGISLATIVA CONTRA O PARECER DESFAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 1288/2022 QUE DISPÕE “SOBRE A VEDAÇÃO DO EMPREGO DE TÉCNICAS DE ARQUITETURA HOSTIL EM ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO, NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - LEI PADRE JÚLIO LANCELOTTI”.

Parecer: desfavorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O autor, Sr. vereador Junio Leandro, disse: “Sr. Presidente, esse projeto de lei teve como iniciativa a cidade de São Paulo. Veja só, na cidade de São Paulo, houve uma época em que algumas empresas e a própria Prefeitura, pasmem, colocavam pedras pontiagudas embaixo de viadutos, permitia que bancos que tinham sacada com puxada colocassem pedras pontiagudas com o único intuito de não permitir que pessoas em situação de rua pudessem se abrigar ali da chuva. Então, houve um mutirão no país inteiro, puxado pelo padre Júlio Lancelotti, para que essas técnicas hostis fossem proibidas nos municípios. Recife foi a primeira capital, poderia ter sido João Pessoa, Recife foi a primeira capital a aprovar, dentre várias outras cidades do Brasil, e eu trago para essa Casa esse projeto para que, na cidade de João Pessoa, nem empresa, nenhum banco, nenhuma loja, nem o próprio Município possa, mas eu sei que não vai partir do Município isso, possa criar esse tipo de arquitetura que afronta totalmente o ser humano que está em situação vulnerável”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Sr. Presidente, esse tema da arquitetura hostil é algo que nós presenciamos e vemos em gestores que realmente tratam a questão da higienização, que se chama, entre aspas, de uma verdadeira aversão àquele povo que está em situação de rua, povo que merece todo o nosso respeito e por algum motivo está naquela situação. E esse tipo de arquitetura é uma afronta à humanidade, aos direitos humanos, e eu acho que o projeto é constitucional, é viável e acredito até que o prefeito da cidade, ele não pensa assim, mas essa institucionalização através de um projeto de lei do vereador Junio Leandro só vem a reforçar essa lógica”. Na presidência, o Sr. vereador Zezinho Botafogo pediu que fosse exibido em tela o parecer da CCJRLP para apreciação em plenário. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Presidente, na verdade, isso é um projeto de direitos humanos, vai muito além do que a gente pode compreender, então eu queria pedir a nossa Casa para a gente rever o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e a gente compreender a importância da dignidade humana. O projeto não cria cargo, não envolve absolutamente nada”. Na presidência, o Sr. vereador Zezinho Botafogo comentou que o parecer da CCJRLP pedia para tornar o projeto indicativo. O Sr. vereador Thiago Lucena disse: “Na verdade, é um projeto até que eu conversei com o vereador Junio Leandro e tenho opinião favorável no mérito, e até falei pra ele que só não voto a favor do seu recurso porque eu acredito, e é uma opinião minha, acredito que esse projeto não é nem através de indicação somente, mas através de projeto de lei complementar (PLC), mudando o nosso Código de Posturas. Ele já tem até meu compromisso de voto na CCJ, para a gente ir adaptando esse projeto a um projeto de lei complementar. É a minha visão, por isso que eu não sigo o entendimento para votar a favor do recurso, mas, caso ele venha como projeto de lei complementar, acredito que ele tem todo o perfil de ser um projeto constitucional”. O Sr. Presidente pediu que o Sr. vereador Thiago Lucena explicasse por que o projeto precisaria ser um PLC. O Sr. vereador Thiago Lucena respondeu dizendo: “Na verdade, por uma visão constitucional e legalista, Presidente. Para modificar o nosso Código de Posturas, precisa



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ser através, na minha visão, posso ser convencido, não há nenhum problema nisso, mas acredito que tem que ser através de um projeto de lei complementar. Quando você faz através de um projeto de lei ordinária, o nosso Código de Posturas ou, se eu não me engano agora, o Código de Obras, é ele quem faz esse gerenciamento do que se pode fazer na cidade. Então, essa é a minha visão, repito, pode ser revista, como já fiz revisão a voto meu na CCJ passado, mas eu não sou o relator”. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Eu queria só compreender aqui algo. Nós não estamos alterando nada do Código de Posturas. Nós estamos discutindo dignidade humana. A gente está proibindo a possibilidade de se fazer um projeto arquitetônico em área pública que vá de encontro à dignidade humana. Não vai alterar o Código de Posturas da cidade em absolutamente nada, a gente apenas não quer permitir que um projeto que seja concebido em área pública trate o ser humano como animal, porque na verdade é isso que se trata nas cidades onde já ocorreu. Então, eu sou favorável ao recurso por esse entendimento”. O Sr. vereador Bosquinho disse: “Sr. Presidente, senhores vereadores, apenas para dizer que o vereador membro da CCJ, vereador Tarcísio, ele não elimina a ideia nem a ação parlamentar do vereador que é o autor da propositura, ele apenas solicita, indica, orienta o vereador a fazer uma indicação legislativa, seria o meio correto. E não vamos estar aqui jogando um contra o outro, ou a CCJ contra a iniciativa parlamentar de nenhum outro vereador. O que a gente precisa é respeitar que a Casa tem uma comissão e que tem feito o seu papel. É isso e já adianto o meu voto favorável ao parecer do relator”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Acho que aqui não houve nenhuma fala combativa ao parecerista, vereador Tarcísio Jardim, nem muito menos à própria CCJ. O que a gente está fazendo é uma discussão política de um parecer que veio da CCJ, e um que foi apresentado recurso pelo vereador Junio Leandro. Eu sempre entendo que o Plenário dessa Casa é maior do que a comissão, é maior do que a Mesa Diretora e é maior do que o presidente da Casa. De modo que eu vejo como consonância, nesses entendimentos, a gente fazer o julgamento aqui do recurso do vereador Junio Leandro – acatado ou não – e, posteriormente, a gente fazer, até depois, o debate político na Casa. A CCJ, nem o parecerista foi, em nenhum momento, apontado como feito algo de maneira contrária ao que diz a Constituição ou o Regimento da Casa. A CCJ é uma das comissões mais importantes da Casa, e não houve aqui conflito à decisão do parecerista Tarcísio Jardim ou da CCJ. A gente está discutindo aqui é o recurso, com o direito dos regimentos”. O Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “O fato é, justamente, a gente limpou determinadas políticas de arquitetura para que se possa ou não construir. Voltando: não é uma questão de ser contra o projeto, mas é uma questão de vício formal. Se é para alterar as diretrizes de arquitetura e design do nosso município, o que se não pode e o que se pode construir, que seja através de lei complementar, por conta do nosso Código de Postura. Não sou contra o mérito do projeto, como já tive, várias vezes, projetos meus denegados na CCJ, por conta de vício formal. Eu reconheci e impetrei através de, ou indicativo, ou de lei complementar”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 16; contrários: 05 (Fernando Milanez Neto, Tarcísio Jardim, Marmuthe Cavalcanti, João Bosco – Bosquinho, Marcílio do HBE); abstenções: 00; ausentes: 05.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Zezinho Botafogo declarou acatado o recurso, rejeitado o parecer da CCJRLP e projeto encaminhado à comissão competente.

Declaração de voto: O Sr. vereador Junio Leandro disse: “Fico muito feliz por esse projeto poder voltar a tramitar nessa Casa. Na data em que o protocolei, foi uma data viável para que João Pessoa virasse notícia nacional, sendo a primeira capital a adotar esse cuidado humano com a população em situação de rua. Infelizmente, devido ao parecer contrário alegando que eu estava criando função, quando, na verdade, eu não queria criar, era o contrário, Recife se antecipou e a Câmara Municipal de Recife virou notícia nacional, junto de outras casas legislativas. Então eu torço muito que esse projeto possa tramitar e a gente possa fazer história aqui, no município de João Pessoa, olhando com bons olhos essas pessoas que estão em situação vulnerável. Obrigada, senhor Presidente”. Na presidência, o Sr.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

vereador Zezinho Botafogo disse: “Eu quero parabenizar Vossa Excelência. Vereador Tarcísio lhe dá uma ideia que Vossa Excelência pode apresentar o projeto como indicativo, para não perder o projeto belíssimo, como lei complementar. Não perca esse projeto, que ele é importante”.

ITEM 11: RECURSO 3/2023

Autoria: Vereador Carlão Pelo Bem

Assunto: RECURSO AO PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO, QUE OPTOU PELO ARQUIVAMENTO DO PROJETO DE LEI Nº 1141/2022.

Parecer: desfavorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Vereadores, apenas apresentar esse meu recurso à Comissão porque esse projeto de lei foi apresentado anteriormente nessa Casa. A gente teve aprovação da CCJ anteriormente e, ao ir para o Prefeito, houve um veto. Então, ele passou pela constitucionalidade, pelas demais comissões e o prefeito identificou o veto. Eu vi o veto do prefeito e fiz uma reforma nesse projeto para que ele pudesse ser, novamente, aprovado quando chegasse na mesa do chefe do Executivo. De modo que eu embaso meu recurso, uma vez que não traz nenhuma obrigatoriedade. A gente faz algumas exigências a alguns *food trucks* para que tragam a limpeza ao redor da sua área de serviço, para que eles possam manter o seu ganha pão, mas, ao mesmo tempo, limpando as vias públicas, ou melhor, os espaços de estacionamento em que eles estiverem. Então, é responsabilidade, inclusive, incentivando o comércio informal, porque eles vão ter que realizar uma lei. Então, existe uma série de fatores. Esse projeto de lei nosso, que trata do livre comércio, do livre comércio sobre rodas, ele nada mais é do que um projeto de lei que estimula esse comércio por meio de uma formalidade, fazendo as leis, e já passou pela CCJ. Eu vi a observância do vereador Tarcísio, onde ele foi criterioso, e importante ser, porque entendia adentrar no Código de Postura do município e eu fiz a defesa dizendo que não havia necessidade, justamente por já ter sido aprovado anteriormente na CCJ, de modo que eu queria contar com os vereadores dessa Casa para que ele pudesse tramitar e discutir o projeto”. Em questão de ordem, o Sr. vereador Bosquinho disse: “Querida que o senhor consultasse o Primeiro-Secretário para ver a questão do quórum. Para a derrubada de um parecer contrário da CCJ, nós temos que ter 14 votos contrários ao parecer, favorável ao recurso. Então, são 14 votos. O vereador Thiago, presidente da CCJ, me questionava com relação a isso e eu estou fazendo aqui, agora”. Na presidência, o Sr. vereador Zezinho disse: “Correto, vereador, mas nós estamos em votação. Vossa Excelência está sentindo ao anterior, é? Foram cinco contrários e doze favoráveis. Então, o projeto não passou. Vamos encerrar esse, aí nós voltamos para tirar as dúvidas”. O Sr. Presidente dirigiu-se ao Sr. vereador Milanez Neto e explicou: “Só para esclarecer para Vossa Excelência, nós contamos o quórum e tinha 17 presentes. Dos 17, 5 contrários, que foram Vossa Excelência, o vereador Carlão, o vereador Tarcísio, o vereador Marmuthe e o vereador levantou a mão...”. O Sr. vereador Marcílio disse: “O vereador Bosquinho e eu”. Na presidência, o Sr. vereador Zezinho continuou: “Não teve 14 votos. Não, foi exatamente, o recurso não passou, até porque foram 12...”. Os vereadores passaram a falar fora do microfone e ficou inaudível o que discutiam, por um tempo. Retomando a palavra, o Sr. vereador Zezinho disse: “Está explicado pela Secretaria Legislativa aqui que o projeto está aprovado, porque tinha 22 na hora. Foi pelo painel”. O Sr. vereador Marcílio do HBE ressaltou: “A Secretaria Legislativa informa que a contagem dos votos foi pelo painel. Como no painel tem vinte e dois presentes e apenas tiveram cinco votos contra, foi aprovado o recurso. Vamos agora fazer a recontagem”. O Sr. Primeiro-Secretário, vereador Marcílio do HBE, disse: “Vamos fazer a recontagem novamente. Vamos lá, Marcos Bandeira, vereador Marmuthe, vereador Mangueira, Professor Gabriel, vereador Emano Santos, Tarcísio Jardim, Junio Leandro,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

vereador Mikika, vereador Milanez, Coronel Sobreira, Bispo José Luiz, vereadora Eliza, vereador Thiago, remoto, vereador Carlão Pelo Bem e vereador Bosquinho e vereador Marcos Henriques. Quer dizer, o número agora de 18 vereadores presentes. Bosquinho pediu contagem”. Na presidência, o Sr. vereador Zezinho reiterou que o recurso já foi aprovado e que não estavam mais falando dele. E colocou em votação o Recurso 3/2023. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem pediu para esclarecer o que estava ocorrendo naquele instante e disse: “Vereadores, só fazer um esclarecimento porque a gente aprovou, o projeto do vereador Junio Leandro foi aprovado pela Casa, só ratificando, o recurso do vereador Junio Leandro foi acatado, a gente está em votação agora ao meu recurso, onde eu debati com os vereadores o comércio sobre rodas, um recurso que é contrário à votação da CCJ. Eu peço novamente aos vereadores que acatem esse pedido, assim como foi acatado do vereador Junio Leandro, do vereador Marcos Henriques, para que a gente possa debater mais. Por quê? Eu não imponho nenhuma obrigatoriedade à Prefeitura, eu vi as observações feitas pela CCJ e estou até disposto a fazer algumas emendas, mas como o projeto está em votação, eu queria contar com a votação dos vereadores da Casa”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 22; contrários: 3 (Tarcísio, Bosquinho e Thiago Lucena); abstenções: 01 (Bispo José Luiz); ausentes: 0.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Zezinho declarou acatado o recurso, rejeitado o parecer da CCJRLP e projeto encaminhado à comissão competente.

Declaração de voto: O Sr. vereador Bispo José Luiz disse que não iria participar da votação porque estava chegando naquele momento à sessão e não tinha conhecimento do que estava sendo apreciado. Pediu para desconsiderar o voto dele.

ITEM 12: RECURSO 4/2023

Autoria: Vereador Carlão Pelo Bem

Assunto: RECURSO AO PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO, QUE OPTOU PELO ARQUIVAMENTO DO PROJETO DE LEI Nº 1142/2022

Situação: Retirado de pauta pelo autor.

ITEM 13: RECURSO 5/2023

Autoria: Vereador Fernando Milanez Neto

Assunto: PROJETO DE LEI Nº. 1359/2023, IRRESIGNADO, DATA VÊNIA, COM A DECISÃO TOMADA PELA RESPEITÁVEL COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CCJRLP, VENHO, MUI RESPEITOSAMENTE À PRESENÇA DE V. EXA., COM FULCRO NO ARTIGO 68 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PB, INTERPOR RECURSO AO PLENÁRIO DESTA CASA LEGISLATIVA CONTRA O PARECER EMITIDO PELA CCJ QUE, NA OPORTUNIDADE, OPINOU PELA INCONSTITUCIONALIDADE DO PROJETO DE LEI ACIMA REPORTADO.

Parecer: desfavorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Sr. vereador Milanez Neto disse: Vereador Tarcísio, vereador Bosquinho, vereador Tiago fazem parte da Comissão de Constituição e Justiça, vereador Bispo José Luiz. Essa matéria é uma matéria que, inclusive, está sendo motivo de notícias na cidade de João Pessoa durante essa semana, que são os ciclomotores que estão invadindo as ciclovias e as calçadas de nossa cidade. Inclusive, com desastre com crianças, na semana passada, na orla do Cabo Branco. É um projeto que já é lei em diversas cidades do país e a Comissão de Constituição e Justiça apenas e tão somente contra-argumentou o valor de uma multa. Ela não consegue adentrar o mérito do projeto e ela questiona o



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

valor de uma multa. Então, eu peço aos nobres colegas vereadores que a gente possa permitir a tramitação da matéria, porque na constitucionalidade não tem como a gente discutir e é um projeto que está dando condição tão somente para a gente cuidar das pessoas que precisam e que utilizam as ciclovias e as calçadas de nossa cidade”. O Sr. vereador Thiago Lucena disse: “Na verdade, eu fui contrário ao projeto e aqui o recurso. Eu respeito demais o Plenário, enfim, isso é democracia, mas eu venho aqui também defender o meu voto. Quando eu votei, não fui o relator, mas votei favorável ao parecer, justificando inclusive porque é um tema até que eu conheço. Existe uma resolução, que é a resolução de 2022, que é a mais recente, do Contran que já não permite que estes veículos transitem pelas ciclovias ou ciclofaixas, como o vereador Milanez pede no projeto, mas, excetuando-se alguns veículos, vamos dizer assim, ciclomotores, como patinetes. Eu falo isso porque eu sou usuário de patinete e eu estou dentro da lei, eu não estou fora da lei. Como é que eu vou andar na Eпитácio Pessoa se não for pela calçada? Então, o que eu chamei atenção foi isso. Eu entendo e há um problema enorme, e vereador Milanez tem muita razão nisso, principalmente na calçadinha, e que se entre com pedido com mais fiscalização do poder público, seja da Semob, seja do poder estadual, mas proibir qualquer que seja o ciclomotor vai de encontro a resolução do Contran. Então, por esse motivo, eu reafirmo meu voto contrário ao projeto, porque o projeto proíbe todos os ciclomotores, mas na própria resolução do Contran existem exceções”. O Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “De fato, esse é um projeto importante do nosso querido vereador Milanez no que tange à proibição desses tipos de veículos e ciclovias. No entanto, e aí a gente precisa só mensurar o Código de Trânsito Brasileiro, o CTB, ele prevê já essas proibições. Agora, o que está de novo aí? São esses patinetes elétricos. Essas bicicletas elétricas, e aí é um fato novo no Brasil até, não é uma coisa muito antiga, é uma coisa nova e não tem legislação para isso. Não há legislação ainda, em nível de Brasil, que amarre determinadas proibições. Então, eu acho que o vereador Milanez está querendo colocar, já demonstrar essa preocupação, no que se refere ao que não há legislação federal. Aí, o município pode entrar, porque não há uma legislação, e no que se refere ao que o vereador Thiago Lucena colocou, intensificar a fiscalização, porque pode cobrar, inclusive, alguém que esteja lá com a bicicleta elétrica, pode exigir dele alguns equipamentos, a exemplo do capacete. Se não tem o capacete, apreende ali, no local, e cria uma situação que cria uma multa para aquele ciclista, nessas condições. Então, é algo assim novo no Brasil, que a preocupação de Milanez é interessante porque vai fiscalizar, e tem ocasionado problemas, acidentes naqueles locais”. O Sr. vereador Bispo José Luiz disse: “Senhor Presidente, eu prestei bastante atenção aqui nas palavras do colega Coronel Sobreira. O vereador Coronel Sobreira, de fato, trata-se de uma coisa nova. Trata-se de uma coisa nova e a preocupação do vereador Milanez é pertinente. Sou membro da CCJ, eu acho que lá a gente verifica legalidade, constitucionalidade, baseado em leis, baseado em dispositivos que a gente possa recorrer. Mas se trata de um fato novo, então o município pode, de fato, entrar com essa preocupação que o vereador Milanez teve. E eu disse, na CCJ eu posso ter um voto, mas no plenário eu posso mudar esse voto, rever esse meu voto. Então, eu sou favorável ao recurso do colega vereador”. Na presidência, o Sr. vereador Carlão ressaltou a importância da CCJ, disse que “a discussão da constitucionalidade faz parte, mas na hora da construção do mérito, o membro da CCJ pode votar contrário, isso é grandeza de entendimento”. O Sr. vereador Junio Leandro primeiro parabenizou o Sr. vereador Milanez Neto, disse andar de patins e presenciar muitos acidentes na orla e argumentou: “A proibição fala de usar ciclomotor na ciclovia e calçadas, lendo o Código não encontro a permissão de andar em cima de calçadas. O que o vereador quer proibir é: que andem na calçada os pedestres, quem tem veículo impulsionado por motor elétrico ou por combustão tem que andar na via. Na calçada é pedestre, na ciclovia é ciclista”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 14 (Marmuthe Cavalcanti, Mangueira, Emano Santos, Bispo José Luiz, Marcos Henriques, Junio Leandro, Mikika, Milanez Neto, Coronel Sobreira, Professor



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Gabriel, Zezinho Botafogo, Marcílio do HBE, Eliza Virgínia, Dr. Luís Flávio); contrários: 04 (Thiago Lucena, Bosquinho, Marcos Bandeira, Toinho Pé de Aço); abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: Na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem declarou acatado o recurso, rejeitado o parecer da CCJRLP, e projeto encaminhado à comissão competente.

Declaração de voto: O Sr. vereador Milanez Neto agradeceu a votação e aprovação do seu recurso. O Sr. vereador Thiago Lucena disse respeitar o resultado, apesar de ser contrário ao projeto como estava. Pontuou: “Peço ao vereador Milanez que a gente possa sentar e discutir o projeto para deixar totalmente dentro da lei”. O Sr. vereador Bispo José Luiz ressaltou que “cabe emenda e a emenda pode sanar qualquer tipo de situação para que o projeto não seja prejudicado”.

Pela ordem, a Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Em relação ao nosso projeto sobre as dez medidas de segurança. Terça-feira não foi colocado não foi por questão de parecer contrário, o presidente da CCJRLP disse que não tinha nenhum problema em colocar o projeto para votar na terça-feira. Porém, acordamos com vereador Dinho que, já que não tinha Ordem do Dia, ia ser colocado hoje. Hoje teve toda essa questão de interpretação do Regimento Interno, o vereador Odon entende de um jeito, e independente das interpretações do Regimento Interno, quando nós queremos votar aqui na Casa, quando chega um projeto em regime de urgência da Prefeitura, a gente vota. Coloca-se para apreciar no plenário, é passado pelas comissões e votamos. Terça-feira geralmente não tem Ordem do Dia e vai ser mais outro dia. Eu acho que o município de João Pessoa, os pais dos alunos e as escolas precisam dessa Casa. Então, seria interessante nós, como vereadores, hoje decidirmos, temos quórum para isso, é um projeto que eu acho que não existe nenhum óbice, define medida de segurança nas escolas e fica a critério agora. Eu peço que seja colocado para decisão da Casa a votação ou não do projeto, ou no mínimo a garantia de que terça-feira próxima será votado, porque já vai ter sido votado na CCJRLP. Porém, se a gente for esperar 72 horas para cada comissão que esse projeto tenha que passar, não vai ser mais urgência, vai dar um mês e a gente não vota. Então, eram essas as considerações, Presidente, e eu coloco para sua decisão”.

Na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “As questões colocadas em plenário são colocadas por meio da Mesa Diretora, do Presidente. Eu entendo que esse seu pedido já foi vencido na presidência do vereador Odon, não cabe a mim agora atropelar uma decisão de um homem que estava assumindo a presidência no momento. Queria que V. Ex.^a acatasse, não vai haver prejuízo, a gente sabe a preocupação do seu projeto de lei, do seu fazer político aqui, mas ele já foi vencido no momento da votação e a decisão da Mesa Diretora e do presidente foi que o seu projeto de lei deveria ser encaminhado à CFO, de modo que eu não me vejo confortável em derrubar a decisão do presidente em comento”.

O Sr. vereador Marcílio do HBE fez a leitura do requerimento de voto de pesar apresentado pelo gabinete do vereador Mangueira, sobre o falecimento da Professora Eli Correia Santos, falecida no dia 19 de abril nesta capital.

O Sr. vereador Ronivon Ramalho – Mangueira – disse: “A professora e advogada nasceu em Água Branca, em 1942, tendo a função de advogada e professora, foi primeira-dama do município de Princesa Isabel, viúva do ex-prefeito Sebastião dos Santos e também ocupou um cargo de grande relevância no Ministério Público da Paraíba, contribuiu para o engrandecimento da Paraíba e também do município de João Pessoa, tendo se aposentado há pouco tempo, faleceu ontem e eu quero deixar



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

aqui o meu voto de pesar a toda a família da Dr.^a Eli Correia dos Santos. Eu sou um dos familiares dela e dizer que o velório está acontecendo no Parque das Acácias”.

3 GRANDE EXPEDIENTE (***)**

1º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Marcos Henriques, disse: “Sr. Presidente, vereador Marcílio, agradeço a Vossa Excelência por estar até agora, Vossa Excelência que sempre acompanha as sessões até o final, assim como o vereador Sobreira. O debate que eu trago nessa amanhã é um debate que a cidade está comentando, trata-se da obra da edificação lá na Ruy Carneiro feita pela empresa Moura do B, é um nome francês, creio eu, então aquela edificação está desmatando uma área de preservação, de maneira sistemática, desde novembro, nós estamos presenciando algo que eu queria que o setor técnico pudesse passar esse vídeo que eu recebi ontem de um amigo que mora nas proximidades. Vejam, essa mata fica próximo ali a Ruy Carneiro e nós fomos chamados pela população ali, para estudar esse caso, para estudar como é que uma reserva dessa pode estar sendo desmatada e quais as consequências para o meio ambiente. Primeiro, a edificação está sendo construída no setor de amenização ambiental, que foi assim classificado para proteção de falésia do Rio Jaguaribe e resquícios de Mata Atlântica, evidenciamos neste estudo que a nossa assessoria jurídica fez que o desmate da área sem atendimento aos condicionantes fixados na licença, o que levou, tem motivado o cancelamento da licença e aplicação das penalidades, que eu espero que essa construtora seja penalizada civilmente, seja penalizada administrativamente, com as medidas cabíveis porque o que se está fazendo ali é um verdadeiro crime ambiental. Há um erro nas licenças prévias de limpeza da área que foram emitidos para o lote inexistente, tem um lote lá que não existe, o Lote 0394, não aparece no mapa, desmatamento foi iniciado em novembro do ano passado na vegetação existente e ocorreu sem as devidas liberações pelos órgãos ambientais, portanto se deu de maneira irregular. Na licença da limpeza está expresso que o serviço de retirada da vegetação somente poderia ser realizado após a emissão da licença de instalação, sob pena de cassação da autorização de responsabilização, na forma da legislação. A utilização indevida do Decreto 8.741 de 2016 para mudança no enquadramento do setor de amenização ambiental, para a zona axial, então, alguns pontos que foram levantados pelo nosso jurídico está nas mãos da magistrada Ana Virgínia, que ainda vai encontrar nesse mesmo processo que a liberação do licenciamento ambiental da instalação foi realizada sem apresentar o projeto de reflorestamento da área equivalente à bacia do Rio Jaguaribe, porque você tem que ter uma contrapartida, como é que você desmata um espaço, acreditem vocês, mata nativa, que não se pode desmatar, mata nativa, vereador Marcílio, as considerações da intervenção na área mostram uma gravidade muito grande ante os danos do meio ambiente, que trata remanescente da Mata Atlântica, e os riscos advindos da construção e ainda na liberação das licenças, tem ocorrido de acordo com a nova proposta do Plano Diretor, que está sendo discutido. Como é que você pega um Plano Diretor que está sendo discutido aqui na Casa e você faz um desmatamento baseado no Plano Diretor que ainda sequer foi aprovado? Então, Sr. Presidente, eu acho que a cidade de João Pessoa precisa tomar conhecimento porque aquela edificação que vai ser feita naquela localidade é uma edificação totalmente irregular segundo os apontamentos e as anotações que nós recebemos aqui, e eu estarei aguardando, ansiosamente, o parecer da juíza Dr.^a Ana Virgínia, eu espero que a Prefeitura possa agir quando for dado esse despacho, despacho esse que o exemplo que nós temos de agilidade da Prefeitura não é dos melhores, haja vista a praça lá de Manáira, esse é o primeiro ponto que eu queria trazer. Mas também eu queria trazer um ponto que foi levantado há pouco pelo vereador Carlão e também foi levantado



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

pela vereadora Eliza, que foi o general do Exército que apareceu lá naquela filmagem. O GSI, há muito tempo o Presidente Lula queria substituir, substituir porque o GSI é composto integralmente de bolsonaristas, são pessoas ligadas à ideologia nefasta do ex-presidente Jair Bolsonaro, e essa ideologia, logo no começo quando o Lula chamou o general atual para dialogar, ele diria que era melhor manter aquelas pessoas ligadas ao Exército para não acirrar a relação com o Governo Federal. Primeiro momento Lula acatou, mas olha aí o que deu, essa conspiração do dia 8 de janeiro, que ainda querem dizer que foi invenção do PT, aqueles baderneiros terroristas que tiveram lá, ainda tem uma ruma preso, fizeram um verdadeiro terrorismo, depredando o patrimônio público. Aí é muito fácil culpar o PT, será que aquelas imagens que fizeram foram montadas? Ora, claro que não, claro que não foram, eu acredito sim que tem que investigar para a gente chegar ao X da questão, ou querem negar que esse general que foi preso aí, que foi pego nessa filmagem não é bolsonarista? Basta ver as posições dele que você vai ver que é uma conspiração dentro do GSI para querer culpar o governo. É lamentável que isso esteja acontecendo, mas eu acho bom porque a gente precisa desmascarar tudo isso para que não queira se criar uma falsa ideia que foi coisa nossa, então esse ponto que foi trazido aqui é importante, que ele possa dar depoimento. E por que isso só veio a público agora? Logo na CNN, bota para um canal de televisão, para voltar o tempo da mídia lavajatista, mas eu acho que ali foi um tiro no pé, foi um verdadeiro tiro no pé essa tentativa de querer culpabilizar o nosso partido. Então, é lamentável essa lacração, porque lacração é uma nova modalidade bolsonarista”.

Em aparte, o Sr. vereador Marcílio do HBE disse: “Vereador Marcos Henriques, falando sobre a questão ali da Ruy Carneiro, eu fiz uma visita ao secretário do Meio Ambiente, Welison, ele me passou que a área em questão, em que pese a presente vegetação com espécies nativas, naturalizadas, exuberantes e bem desenvolvidas, também apresentam grande parte de vegetação exótica e fruteiras, não caracterizado pela Mata Atlântica. Portanto, ela não se enquadra como área de preservação ambiental de acordo com a legislação vigente, tanto federal, estadual ou municipal. O estudo fitossociológico indicou que a vegetação encontra-se em estágio inicial de regeneração, de acordo com a resolução do CONAMA 398/2007, também não há caracterização da área como falésia, tratando-se de talude artificial provocado pela abertura da Avenida Ruy Carneiro, não sendo portanto área de preservação permanente APP, isso não apresenta restrição para o uso alternativo do solo, por essa razão, o empreendimento foi licenciado e autorizado pela Prefeitura de João Pessoa através dos seus órgãos competentes”.

Aparteando, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Vereador Marcos Henriques, Vossa Excelência está falando, é duvidoso quando Vossa Excelência diz que um presidente da República assume e o GSI, essa guarda especial da presidência, de segurança institucional, ou seja, são pessoas muito próximas ao Presidente, quem ocupava esse espaço conivente com depredadores era o general Heleno, você viu isso acontecer com General Heleno? Não, mas aconteceu com o general de Lula, que foi colocado por ele. Vereador Marcos Henriques, a partir do dia 1º de janeiro se virou uma página, eu, querendo ou não, Lula, infelizmente, é o Presidente do Brasil, que está afundando essa nação, que nomeou esses guardas do GSI, que permitiram essa depredação, não tem como dizer que é um integrante de Bolsonaro, não tem como, ninguém cola com isso. Você que está em casa, se você fosse o Presidente, você ia permanecer com pessoas que eram da confiança do Presidente antecessor? É claro que não. Esse general que a gente está falando, o Gonçalves, ele já era guarda pessoal de Lula há muito tempo, era segurança pessoal de Lula, essa responsabilidade cabe ao PT, e eu vi subirem aqui acusando pessoas que rezavam terço como terroristas. Eram acusadas de terroristas pessoas que estavam na frente dos quartéis, que pediam eleições limpas, que duvidaram das eleições, e é possível duvidar porque numa democracia eu posso duvidar, o que não posso fazer numa democracia é prender 1.500 pessoas como fizeram, sem nenhum devido processo legal, isso é um absurdo, e só quem tolera isso é ditadura. A



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

gente não tem como concordar com o absurdo com aqueles patriotas. Agora, aqueles que depredaram os bens devem pagar sim pelo preço, aqueles que foram até a porta do Planalto, eles devem pagar o seu preço de responsabilidade até ali. E aqueles que não saíram, ficaram lá, dentro dos QGs, na frente dos quartéis, não deveriam responder por crime algum porque não fizeram nada. É uma injustiça o que aconteceu e a gente precisa apurar os fatos, que venha a CPI do dia 8 de janeiro”.

Em aparte, o Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “Bom dia a todos, eu estava ouvindo atentamente o colega vereador Marcos Henriques e essa afirmação é bem complexa, se refere que o chefe, o comandante do Gabinete de Segurança Institucional é bolsonarista, é bem complexo isso. A eleição do segundo turno, vereador Marcos, foi o dia 30 e 1º de outubro, ele teve 60 dias para escolher o seu chefe de Gabinete de Segurança Institucional, teve 60 dias, e escolheu errado? O que é isso? Aí não dá, não dá para absorver essa informação sua, não dá para absorver de jeito nenhum. Eu gosto das suas colocações, você é um cara coerente, mas você não está sendo coerente nessa colocação, verdade tem que ser dita, então, eu queria fazer apenas essa observação, são 60 dias para escolher a equipe, não só o gabinete, mas todos os Ministérios, ele escolheu errado? E outra coisa, depois de cem dias de digestão essas imagens foram apresentadas, mas que todas as autoridades, a cúpula do Judiciário do nosso país já tinha conhecimento das imagens, por que agora, depois da publicação que é eclodir essa crise do governo?”.

Retomando a palavra, o orador, Sr. vereador Marcos Henriques, disse: “Essa é uma boa pergunta, Coronel, Vossa Excelência deve estar lembrado quando o Lula ganhou, a crise que se formou com o Exército Brasileiro. Lula, na tentativa de apaziguar e tentar colocar na cabeça das pessoas que o Exército é uma entidade republicana, uma entidade que não se mete em política, começou com a complacência e deixar pessoas indicadas pelo coronel Heleno, pelo comandante Heleno, mas creio que isso mostra, por que não foi antes essas imagens? E o GSI libera para imprensa, interessante isso, é bom que se investigue. Sobre a questão da Mata, eu conversei com Welison também, ele falou que tem resquícios de mata nativa, mas o fato é que aquela licença ambiental é uma licença que foi dada, e aí, eu digo a você com todo carinho que eu tenho ao Welison, mas foi dado sem devido zelo pela nossa cidade, porque aquele verde que nós vamos perder, esse governo de Cícero Lucena vai ser responsabilizado. Espero que a Justiça possa impedir esse absurdo que é essa construção e eu aposto muito na Justiça, como já tivemos algumas indicações no passado, mas o meio ambiente do nosso estado, do nosso município está se acabando, não adianta inventar prêmio de cidade verde, não sei o quê, se a cidade está morrendo, a cidade e os mares, agora, com esse alargamento, espero que ele não crie um problema para uma cidade que é uma referência as suas praias, isso faz com que a gente, com que a população se entristeça das decisões que estão sendo tomadas. Um Plano Diretor inconclusivo, um Plano de Ação Climática que fala pouco sobre o meio ambiente, e agora esse alargamento que pode prejudicar”.

2º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Marcílio do HBE, disse: “Vereador Marcos Henriques, eu vi que você usou o vídeo e eu queria pedir a permissão de Vossa Excelência para poder repassar o seu vídeo novamente, poderia ser? Autorizado pelo vereador Marcos Henriques. De acordo com o que o secretário do Meio Ambiente, Welison, passou para a gente, a gente observa que ali existe uma mata com muitos pés de coqueiro, a gente vê que existem muitas, realmente, fruteiras que, na realidade, como ele falou, podem ser compostas com o novo plantio que a Prefeitura faz, aliás, a Prefeitura já vem fazendo. Toda vez que a Prefeitura, o prefeito autoriza uma obra, a Prefeitura faz o plantio de uma árvore, em escolas, portanto a gente vê que, realmente, não estou aqui, quero deixar bem claro, para defender o errado, mas a gente tem que pautar aqui o justo, acho que tem que ser justo aqui com as situações. Pude visitar



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

o secretário Welison, como falei já no meu aparte, ele falou que o talude que foi colocado ali foi todo aquele material que, na época em que estavam fazendo o acesso da avenida Ruy Carneiro, eles colocaram ali naquela lateral, e aí puderam deixar aquele talude lá. Portanto, a Prefeitura autorizou a obra, a Prefeitura vê que ali não sendo uma área de preservação permanente, APP, não apresenta restrição para uso alternativo do solo, e por essa razão a Prefeitura faz ali uma obra que, inclusive, o secretário Rubens Falcão já garantiu de que esse final de semana ela será concluída, e, realmente, peço desculpas aos usuários ali do transtorno que tem causado à vida das pessoas. Portanto, desde que essa matéria chegou aqui na Casa a gente tentou manter o contato com a secretaria, contato com a Prefeitura aí, como eu disse, repetindo, eu até sugeri lá ao secretário Welison que ele pudesse vir aqui nesta Casa justificar. A gente convoca, sou o primeiro a ser favorável para que ele venha aqui nesta Casa justificar o uso, a obra que tem lá, tecnicamente ele saberá falar melhor do que eu, tanto ele quanto o competente secretário Zé William, que a gente conhece e sabe da experiência que o secretário tem em toda essa questão de construção civil e obras. Portanto, faço aqui esse registro, mas também quero deixar a Casa aberta, pedido aqui meu, se os colegas concordarem, da gente fazer essa convocação aqui dos secretários. Obrigado e bom feriado a todos vocês, um grande abraço e que terça-feira possamos retornar com as bênçãos do Senhor”.

3º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Carlão Pelo Bem, disse: “Vereador Coronel Sobreira, vereadores da Casa, todos sabem o meu posicionamento, claro, branco, direto quanto a entender o que seria a melhor posição política ou ideologia política para uma nação, para um estado, para a Prefeitura, para a Câmara. E que bom que a gente tem vários pensamentos contrários porque a unanimidade, além de ser burra, é ignorante. Mas eu vi, passadas as eleições de primeiro turno, mobilizações na frente dos quartéis, eu vi homens, mulheres, entoando o Hino Nacional. Eu vi mulheres, idosos, famílias, crianças na frente dos quartéis, com um terço na mão, pedindo pelo exercício da democracia, que as eleições fossem transparentes e limpas, pedindo por que não houvesse parcialidade em razão da Alta Corte, exigindo uma transparência, que é própria do princípio republicano, eu vi mulheres de terço na mão, eu vi a Epitácio Pessoa com famílias de homens e mulheres de bem reclamando ali um socorro por entender que as instituições estavam falidas. Então, a política errou e faliu quando a sociedade vai buscar na frente dos quartéis a sua possibilidade de se manifestar com o exercício da democracia. Eu vi um julgamento que fizeram aqui, o julgamento que a esquerda e o PT fez contra esses homens e essas senhoras e essas famílias. Eu vi porque eu estava lá, eu não fugi, eu estava lá dividindo com eles as orações, as dores, as dúvidas. E no dia 8 de janeiro foi uma facada novamente na democracia. A democracia foi ferida, não foi derrubada. Homens, pessoas violentas adentram dentro do Planalto, deterioram o Supremo Tribunal Federal, quebram vidraças, fizeram isso também com a Câmara dos Deputados, com o Senado. Não deveria ter acontecido algo tão afrontoso, não deveria ter acontecido a depredação de patrimônio público. Mas eu vi logo depois, no outro dia, aquelas mulheres, homens, famílias que estavam na frente dos quartéis terem sido condenadas injustamente por algo que nunca fizeram. Porque se chegou um ônibus para prender pessoas de bem, como se todos aqueles que estavam na frente dos QGs fossem uns criminosos, uns arruaceiros, uns depredadores. As imagens não vieram, a verdade não veio, Coronel Sobreira, e a gente atônito, sofrido, via o julgamento de uma mídia impiedosa dizendo que aqueles que rezavam o terço, aqueles que estavam nos QGs eram os culpados pela afronta à democracia. Se passou depois do dia 8 de janeiro uma dor diante de cada homem, mulher conservadora, uma dor e um sofrimento diante das pessoas de direito. O Supremo Tribunal Federal, por meio de um inquérito inconstitucional, prende de todas as maneiras, coloca atrás das grades pessoas que não fizeram nada. Foi o maior julgamento em massa que existiu na história da



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

nossa nação, isso é vergonhoso, sem sequer o devido processo legal. E o que é que acontece depois, passado esse tempo? Ontem, dia 19 de abril, Dia de Tiradentes, Dia do Indígena e dia da verdade, porque a verdade veio à tona, e eu queria pedir à Técnica para dizer que verdade foi essa. Isso tem que estar dentro dos canais de televisão, dentro da TV Câmara, para que vocês vejam e ouçam a verdade”. Após exibição de vídeo trazendo trecho de reportagem do canal de notícias CNN Brasil sobre eventos ocorridos em Brasília no dia 8 de janeiro, o orador prosseguiu dizendo: “Escutem e vejam a verdade, a verdade que liberta, a verdade que transforma, a verdade vai fazer aqueles depredadores pagarem o preço de seus crimes. Tem que pagar. Quem entrou no Supremo Tribunal Federal e depredou bens tem que pagar, aqueles que foram até as portas e não entraram tem que ter a responsabilidade na sua medida, aqueles que ficaram nos QGs, nem saíram, como senhoras de 68 anos de idade, homens de idade que nem sequer saíram dos quartéis, da frente dos QGs foram presos injustamente, não têm que pagar nada, muito pelo contrário, tem que ser restituídos pelo crime cometido contra eles. Pessoal, por que eu estou registrando aqui na TV Câmara? Porque esse é um órgão oficial de comunicação. Aquelas injustiças que aconteceram com aqueles homens e mulheres precisam ser reparadas. No Brasil, nunca existiu prisão em massa. A gente viu depredadores invadirem terras, iniciativa privada lá, e eles entravam dentro dos sistemas de ciência, da agricultura, da Embrapa, eles quebravam tudo, toda aquela tecnologia que iria ser empregada para a economia familiar, o MST entrava e destruíam tudo. Nunca ninguém foi preso. A gente viu em estádio de futebol, pessoas morreram pela violência, e nunca ninguém foi preso em massa. Prenderam, vereador Coronel Sobreira, os conservadores e a direita. E a gente ficou atônito sem saber o que dizer, o que falar. Eu quero saber uma coisa: o que faz um general da guarda pessoal de Lula, do GSI, eu estou falando de segurança institucional, dentro do meio do Planalto, no dia de domingo, dentro do GSI, dentro do Planalto, servindo água a depredadores? ‘Um brinde’, foi isso que o general do GSI, o general de Lula fez quando os depredadores, os destruidores do patrimônio público entraram, ‘tomem água, um brinde a vocês que estão fazendo um crime’, foi isso que o general de Lula fez. A gente não pode permitir isso. E tem mais. Vamos lembrar de Anderson Torres, um homem que não estava aqui, que era da equipe do governo Bolsonaro, que estava nos Estados Unidos, que tinha pedido suas férias para ir com a família, esse homem está preso até hoje injustamente, ninguém sabe por quê. Os advogados dizem que eles não têm direito sequer ao processo. Mas estava nos Estados Unidos, o Anderson Torres, não estava aqui no momento. É o que se faz no final do ano, se viaja, é normal. Mas o general do Lula, que estava lá no GSI, servindo água aos criminosos? As cenas são claras, o general de Lula, um conivente. Se Anderson Torres, que não estava aqui, está preso, esse general tem que ser preso e responder sobre seus crimes, sobre sua omissão, é a realidade dos fatos. Por que o peso só vai contra a direita? E contra a esquerda? Os generais de Lula têm que pagar também o seu preço de omissão. E, Coronel Sobreira, se um está preso, o Anderson Torres, que nem aqui estava, esse general deve também ser preso e responder. Queriam prender Sérgio Moro, o senador da República, em três dias, porque ele soltou uma piada, e o general que estava lá, servindo água para os depredadores, está solto? Gonçalves Dias está com seus dias contados. Precisasse disso para restabelecer a justiça. Mas eu queria também colocar algo que é mais importante do que eu: o segundo vídeo, para que vocês vejam a importância de tudo o que aconteceu”. Foi exibido então vídeo com novo trecho da referida reportagem.

Na presidência, o Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “Eu vou fazer um aparte aí da fala do vereador Carlão. Vereador, é muito pertinente a sua abordagem na manhã de hoje, diante do que vimos ontem nos canais de televisão Brasil afora. Nós vimos que um grupo de conservadores, há anos ou, pelo menos, do segundo turno das eleições para cá, todos os dias, em frente aos quartéis do Brasil inteiro, os quartéis sobretudo do Exército, várias manifestações foram feitas no Brasil, várias, mas várias, incontáveis manifestações e nós não víamos uma depredação, nós não víamos ações de



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

vandalismo. E aí, no dia 8 de janeiro, a gente se depara com aquilo que nós vimos, os meios de comunicação exaustivamente publicaram, e nós ficamos a questionar: como que um público que fazia várias manifestações, estavam reunidos diuturnamente em frente aos quartéis, e nunca houve nada, como é que no dia 8 eclode algo tão violento, algo inimaginável por parte dos conservadores, por parte daquelas pessoas de direita aqui no nosso Brasil? Como isso acontece? Como isso aconteceu? E aí, as imagens não nos deixam mentir, as imagens são claras, e aí, há fortes indícios, por isso a importância de uma comissão parlamentar de inquérito, né? Há fortes indícios de conivência, de que foi algo arquitetado para atingir um grupo do nosso país. Então, eu acho que sua fala nesta manhã, na Casa Napoleão Laureano, é por demais pertinente e a gente parabeniza a sua postura e sua atitude”.

Retomando a palavra, o orador, Sr. vereador Carlão Pelo Bem, disse: “Diante da importância do caso, eu queria pedir a tolerância de V. EX.^a de me conceder mais 6 minutos para concluir. Muito obrigado. Técnica, eu peço esses 6 minutos com gratidão. Povo de João Pessoa, povo da Paraíba, essa CPMI entre Congresso Nacional, Senado e Câmara de Deputados foi barrada a todo instante pela esquerda. A esquerda não queria de maneira alguma que a verdade viesse à tona. Para que uma comissão parlamentar de inquérito, para que isso vir? Não, a verdade, não pode vir. A verdade está aí, a verdade está agora. Era ele, o general de Lula, ele, ele que estava lá dentro do GSI, da segurança institucional, o homem que é a guarda pessoal do Lula, que estava com ele há anos e anos, permitiu o acesso de depredadores. Esses a gente tem que buscar, esses que quebraram, que depredaram, que destruíram, eles precisam pagar o preço da sua maldade. Mas não é chegar com ônibus e ônibus e prender, 1.500 pessoas foram presas injustamente. Eu estava na frente dos quartéis, eu vi quem eram aquelas pessoas, mulheres com um terço na mão, homens com seus louvores, o Hino Nacional acontecendo, o verde e o amarelo estavam lá. Era isso que afrontava o vermelho da esquerda. E eles temiam tudo isso, temiam a verdade, a justiça. Criminosos revestidos de vermelho, é isso que aconteceu. Nós precisamos que a verdade seja restabelecida. A CPMI do dia 8 de janeiro tem que acontecer, deputados federais, Ruy Carneiro, amigo, vote na CPMI do dia 8. Deputados federais, votem na CPMI do dia 8, se você admira a verdade, deputado federal da Paraíba, vote na CPMI do dia 8 para que a verdade seja restabelecida. E eu vou dizer uma coisa para vocês que não estão querendo votar na CPMI: 50% de João Pessoa votou a favor de um governo conservador, bolsonarista, de direita, e vocês têm compromisso com a cidade de João Pessoa, respeitem isso e sejam a favor da verdade votando nessa CPMI, é justiça sendo feita. O deputado federal que for a favor da verdade irá sim votar a favor da CPMI da justiça, a CPMI do dia 8. Senadores, senadores, votem a favor da CPMI do dia 8, sob pena de vocês não comungarem com a verdade. E eu quero dizer: por que esconderam essas imagens, vereador Coronel Sobreira? Por que deixaram tantas pessoas serem presas injustamente? Por que deixaram que o general da segurança institucional, que governava toda aquela segurança, por que deixaram que esse general estivesse ainda, depois do dia 8, meses, à frente da segurança institucional? Vocês sabiam que o Presidente tem um ponto? Quando ele dá um alô nesse ponto aqui, ó, câmbio, câmbio, esse general e o GSI recebem imediatamente a informação do Presidente da República, porque a segurança institucional é para guardar o Presidente. Então, o que poderia fazer um membro do GSI? Presidente, o caso aqui é sério, reforce a segurança. Foi omissa Lula, foi omissa o general, foi omissa o ministro da Justiça, todos eles sabiam que o mal estava acontecendo e não impediram, muito pelo contrário, abriram as portas. Eu quero, antes de finalizar, pela sua tolerância, vereador Presidente, Coronel Sobreira, mais um vídeo, um vídeo onde diz a pura verdade”. Após exibição do referido vídeo, o orador concluiu dizendo: “Obrigado à Técnica, ao vereador Coronel Sobreira, eu concluo dizendo que o dia de ontem, o Dia do Indígena, também foi o dia da verdade. A verdade posta às claras, o nosso grito é um grito de busca de justiça. Fiquei entalado, sofrido, eu não consegui entender como é que aquelas pessoas, e fizeram entender isso, a gente ficou meio que envergonhado, vereador Coronel



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Sobreira, dizendo que era a direita, eram os conservadores que destruíram tudo. Mentiram, manipularam informações durante mais de dois meses, desde o dia 8 de janeiro para cá, essas informações estavam na mão daqueles que estavam no governo, na mão de Lula, na mão dos seus ministros, e eles não quiseram passar as imagens. Sabe por quê? Porque, de imediato, de imediato, aqueles a quem não comprovaram a depredação devem ser livres. Existem paraibanos, pessoenses presos injustamente lá ainda, e se querem manter essas pessoas que recebem um salário mínimo preso, prendam também esse general que serviu água àqueles depredadores. Vamos buscar responsabilidade a quem a tem, mas a gente não pode prender 1.500 pessoas a troco de nada. A gente viu, em estádios de futebol, pessoas morreram, a gente viu o relógio que foi quebrado, foi levantado por um patriota, e outro criminoso, ignorante, imbecil e depredador derrubou o relógio novamente. A gente viu um patriota com a bandeira na mão, quando o outro vai quebrar a vidraça, foi impedido por esse patriota. É esse o espírito do patriota, do conservador e da direita, homens e mulheres de bem que buscam a verdade, nada mais que a verdade e apenas a verdade. A CPMI do dia 8 tem que existir para que a verdade prevaleça. E eu fico grato, Coronel Sobreira, pelo dia de hoje, pelo dia da verdade”.

4 ENCERRAMENTO

Às 12h37, na presidência, o Sr. vereador Coronel Sobreira declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa (*****), sob a orientação da Primeira-Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Com base nos dados registrados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL – sobre a referida Sessão.

(**) De acordo com pauta emitida pelo Setor de Expediente registrada no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(***) Com base na pauta emitida pela Secretaria Legislativa e em relatórios de votação disponibilizados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(****) Com base na lista de presença do painel.

(*****) Com base nos registros de áudio dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 20 dias do mês de abril do ano de 2023.

Vereador Valdir José Dowsley –
Dinho (AVANTE)
Presidente da Mesa

Vereador Marcílio Pedro Siqueira Ferreira –
Marcílio do HBE (PATRIOTA)
Primeiro-Secretário